



MULHERES EM ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE PODER E DECISÃO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - PR

Larissa Aparecida Dionizio ¹
Márcia da Silva ²

RESUMO

O movimento feminista, ao longo da história, conquistou direitos políticos e sociais significativos. No entanto, o conservadorismo e patriarcado persistem na sociedade, dificultando a participação das mulheres em espaços de poder. A desigualdade socioterritorial afeta especialmente as mulheres, que assumem múltiplas responsabilidades. As disparidades territoriais estão vinculadas à distribuição desigual de recursos, resultando em relações de gênero distintas. O território, predominantemente moldado por homens, reflete a desigualdade de gênero. Estudos feministas são cruciais para entender como as relações de poder afetam a representatividade feminina em espaços institucionais. Este trabalho tem como objetivo averiguar a representação feminina em espaços de poder em Guarapuava, Paraná, com um recorte temporal pós-Constituição de 1988 quando tem-se a criação dos conselhos gestores. A investigação visa compreender a importância da liderança feminina nesses espaços. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica explorando conceitos fundamentais, passando pela conquista do movimento feminista, até a criação e implementação de instrumentos legais que instituem espaços de poder e implementação de políticas públicas. Posteriormente, a pesquisa incluiu a coleta de dados secundários, abrangendo a análise das políticas voltadas para as mulheres e a identificação dos órgãos municipais. Adicionalmente, foram coletados dados na plataforma online do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Considerando isso, compreende-se a importância de investigar como as mulheres estão inseridas no cenário político e como suas atuações são influenciadas pelas relações de poder e de gênero presentes nesses espaços. Através desse estudo, busca-se reconfigurar os espaços e as posições de poder, almejando uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as identidades de gênero.

Palavras-chave: Território, Relações de poder, Mulheres, Secretarias, Conselhos municipais, Política local.

RESUMEN

El movimiento feminista, a lo largo de la historia, ha logrado importantes derechos políticos y sociales. Sin embargo, el conservadurismo y el patriarcado persisten en la sociedad, lo que dificulta que las mujeres participen en espacios de poder. La desigualdad socioterritorial afecta especialmente a las mujeres, que asumen múltiples responsabilidades. Las disparidades territoriales están vinculadas a la distribución desigual de los recursos, lo que da como resultado relaciones de género distintas. El territorio, predominantemente formado por hombres, refleja la desigualdad de género. Los estudios feministas son cruciales para comprender cómo las

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e Aluna pesquisadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES – Unicentro). Email: larissadionizio9@gmail.com;

² Professora no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Unicentro. Professora coordenadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES – Unicentro). Email: msilva@unicentro.br.

relaciones de poder afectan la representación femenina en los espacios institucionales. Este trabajo tiene como objetivo investigar la representación femenina en los espacios de poder en Guarapuava, Paraná, en un marco temporal posterior a la Constitución de 1988, cuando se crearon los consejos de gestión. La investigación pretende comprender la importancia del liderazgo femenino en estos espacios. Inicialmente se realizó una revisión bibliográfica explorando conceptos fundamentales, desde los logros del movimiento feminista, hasta la creación e implementación de instrumentos legales que establecen espacios de poder e implementación de políticas públicas. Posteriormente, la investigación incluyó la recolección de datos secundarios, abarcando el análisis de políticas dirigidas a las mujeres y la identificación de órganos municipales. Además, los datos fueron recolectados en la plataforma en línea del Tribunal Superior Electoral (TSE). Considerando esto, entendemos la importancia de investigar cómo las mujeres se insertan en el escenario político y cómo sus acciones son influenciadas por las relaciones de poder y de género presentes en esos espacios. A través de este estudio buscamos reconfigurar espacios y posiciones de poder, apuntando a una sociedad más inclusiva e igualitaria para todas las identidades de género.

Palabras clave: Territorio, Relaciones de poder, Mujeres, Secretarías, Concejos municipales, Política local.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista lutou pela conquista de direitos políticos e sociais, resultando na emancipação de inúmeras mulheres. Todavia, ainda hoje é possível encontrar resquícios de um posicionamento conservador e patriarcal por parte da sociedade, a consequência disso é a dificuldade de inserção feminina nos espaços constitucionais de poder e decisão. Além disso, as mulheres são acometidas pelas desigualdades instauradas no território, isso porque as relações de gênero e relações de poder às atingem majoritariamente:

Nunca é demais lembrar que a desigualdade socioterritorial afeta sempre a população mais vulnerável, principalmente as mulheres, pois são elas que carregam sozinhas o fardo do trabalho, do cuidar da casa, dos filhos e dos idosos. A mulher é dinâmica, no sentido que realiza múltiplas funções sobre o território para dar condições necessárias de sobrevivência para ela e para seus dependentes (ROCHA, 2020, p. 41).

As desigualdades territoriais estão interligadas com a também desigual distribuição de recursos, por isso, o poder e as oportunidades se aplicam à uma pequena parcela da sociedade, especialmente formada por homens, dando origem às relações baseadas na distinção de gênero. Nesse aspecto, segundo Rocha (2020, p. 42) “[...] pensar o território na perspectiva de gênero é, acima de tudo, pensar nas desigualdades que se concretizam pela apropriação desigual do espaço, pois o acesso à terra acontece de forma desigual”. Por sua vez, esse aspecto de desigualdade está correlacionado à formação do território, o qual é produzido, pensado e

planejado por homens, tornando o grupo masculino dominante nas escolhas e tomadas de decisões (ROCHA, 2020).

Dessa forma, torna-se evidente a relevância dos estudos feministas para a análise da abordagem de gênero no território, bem como as relações de poder podem impactar na visibilidade e participação feminina nos espaços institucionais de poder e de decisão. O objetivo do presente trabalho é averiguar a representatividade feminina em espaços institucionais de poder e decisão, como por exemplo, prefeituras, câmaras de vereadores, secretarias, conselhos municipais e outras instituições similares, especificamente no município de Guarapuava no estado do Paraná.

Metodologicamente a pesquisa prosseguiu com a análise e coleta de dados secundários, permitindo a identificação da criação e do desenvolvimento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), especialmente embasado nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM). Os dados apresentados e analisados foram extraídos dos relatórios disponibilizados e divulgados no site do governo federal, o qual dispõe de uma plataforma específica para o download dos documentos produzidos durante as conferências de políticas para mulheres.

Durante este período da pesquisa, houve a análise e acompanhamento das políticas públicas implementadas em consonância com as orientações dos governos federais, desde o início da gestão de Lula (PT) em 2003 até a interrupção do mandato de Dilma (PT) devido a um golpe em 2016. Isso incluiu os períodos dos governos Temer (MDB) e Bolsonaro (PL), nos quais não foram realizadas conferências, impedindo a formulação e execução do IV Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Adicionalmente, foi empregado o período da Constituição de 1988 como base temporal para examinar a instituição dos conselhos gestores e secretarias municipais. Neste contexto particular, por meio do acesso ao site da Prefeitura Municipal de Guarapuava e à documentação dos conselhos municipais disponibilizada também no site da prefeitura, foi viável identificar as atuais secretarias e conselhos existentes. Isso permitiu a classificação de acordo com o sexo dos secretários e presidentes, realizando uma análise através da perspectiva de gênero.

Através da execução dos procedimentos metodológicos foi possível identificar a presença das relações de poder nos espaços de poder, é importante buscar formas para reestruturar esses espaços, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todas as identidades de gênero. Isso implica não apenas a presença das mulheres em posições de liderança e tomada de decisões, mas também a revisão e a transformação das

desigualdades presentes no território que historicamente limitam as mulheres e outros grupos considerados como sendo dominados, em meio às intensas relações de poder.

METODOLOGIA

Inicialmente, desenvolveu-se um caminho teórico-metodológico a partir da leitura de diversas bases, como livros, teses, dissertações, artigos científicos e revistas/jornais acadêmicos, sobre os seguintes conceitos: território, participação política, gênero, políticas públicas e relações de poder. Buscou-se analisar historicamente a participação feminina nos espaços institucionais e as relações de poder que permeiam esses espaços.

A segunda etapa do trabalho consistiu na averiguação de dados secundários acerca do município de Guarapuava, no estado do Paraná. Os dados foram filtrados através do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Prefeitura Municipal de Guarapuava, a partir disso, foi possível identificar o histórico da participação feminina na política local até a atualidade e classificar as secretarias e conselhos municipais por gênero, buscando identificar a inserção feminina nos respectivos espaços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o processo de elaboração da nova constituição, os conselhos gestores emergiram como temas centrais de luta e reivindicação social, impulsionados pelo ativismo feminista e por grupos minoritários. O movimento feminista partiu da necessidade em apresentar o mundo público para as mulheres, grupo social que antes pertencia apenas ao espaço privado e familiar (Lüchmann; Almeida, 2010).

Segundo Luchmann, Almeida e Gimenes (2016, p. 795), “[...] a partir da Constituição de 1988, tais instâncias tornaram-se obrigatórias em algumas áreas de políticas, como saúde, assistência social e criança e adolescente”. Além dessas, o grupo feminino também recebeu maior atenção, pois atuou diretamente com parlamentares, apresentou as pautas e reivindicações, por fim conquistou mais independência e direitos garantidos às mulheres brasileiras (Miranda, 2009).

A preocupação pelas necessidades dos cidadãos partiu juntamente com a elaboração da Constituição de 1988, período em que foi ressaltada a importância da participação social e democrática da população nas tomadas de decisões. A partir disso, constitucionalmente é exigida a formação de organizações em âmbitos municipal, estadual e federal, que são responsáveis por averiguar os serviços públicos mantidos pelo Estado e compreender os interesses da comunidade (Gohn, 2006). Inicialmente, os interesses da comunidade eram

expostos em movimentos sociais, os quais aconteciam nas principais cidades do país, como já exposto anteriormente nessa dissertação. Estes movimentos de reivindicação eram por melhores condições de trabalho, acesso à saúde, educação, melhoria no transporte urbano e outras causas.

De acordo com Lüchmann e Almeida (2010), os principais conselhos gestores são os da área da saúde, assistência social e criança e adolescente, o que ocorre pelo fato de serem os primeiros setores a possuírem uma organização legal após a Constituição de 1988. Segundo Tonella (2003), os conselhos são um meio de compreender a causa dos movimentos sociais e reivindicações populares, apresentando às secretarias maneiras de solucionar problemas sociais a partir da criação e implementação de políticas públicas.

Sendo assim, os conselhos são responsáveis por apresentar as reivindicações da sociedade para o Estado, sendo também o agente responsável por averiguar a implementação de políticas que irão abranger os diferentes grupos sociais. Neste sentido, os conselhos são representados por seus conselheiros, os quais são responsáveis por coordenar as pautas e discussões das reuniões.

A partir disso, destaca-se a importância da participação feminina nos conselhos, abordando a perspectiva de gênero em diferentes áreas da sociedade, elaborando legislações nas áreas de saúde, educação, segurança e bem-estar feminino. Nesse contexto, é crucial fazer uma ressalva aos desdobramentos posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que contribuíram significativamente para o avanço das conquistas femininas.

Inicialmente, as propostas por melhorias e maiores investimentos nas agências estatais de políticas públicas para as mulheres tornaram-se promessas de campanha política por parte do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o qual se mostrou preocupado com as políticas de cunho feminista e de amparo à mulher. De acordo com Bohn (2010, p. 87), “uma vez eleito, Presidente Lula (2003 - 2006) cumpriu suas promessas de campanha e criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)”. Este marco foi de suma importância para as mulheres brasileiras, pois mostrou que as reivindicações realizadas anos anteriores foram reconhecidas e reafirmou o compromisso do Governo Federal com as questões de gênero (Miranda, 2009).

Os anos posteriores são caracterizados por várias conferências e reuniões com representantes de importantes setores, como, por exemplo, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que ocorreu em 2004. As conferências realizadas entre os anos de 2003 e 2004 foram de suma importância: em seus debates, foram apresentados projetos que nortearam a criação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), partindo

inicialmente pelo Governo Federal e, posteriormente, contemplando estados e municípios (Brasil, 2004).

Os focos de atuação e objetivos do PNPM foram formulados e pautados na busca por uma sociedade mais igualitária nas questões de gênero. Com o passar do tempo, o I Plano precisou ser adequado para suprir as fragilidades que foram observadas e delimitadas no seu relatório avaliativo, por isto, elaborou-se o II Plano Nacional de Políticas as Mulheres, no ano de 2008 (PNPM). Neste aspecto, o II Plano retomou propostas que não foram supridas completamente no I Plano, entretanto, apresentou a inserção de novos campos de atuação, metas, objetivos e prioridades, tornando-o mais abrangente no campo das políticas públicas.

Tanto o I Plano, quanto o II, foram produzidos a partir de conferências realizadas pelo país em busca de conhecer e sanar as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos grupos minoritários. Sendo assim, os planos foram produzidos democraticamente, procurando atender às necessidades dos diferentes grupos que foram ouvidos durante as conferências.

Destaca-se a importância em estabelecer um comitê responsável por averiguar a implementação e execução das políticas públicas ou projetos sociais. Somente a partir dessa avaliação é possível analisar quais políticas públicas precisam ser adequadas e reforçadas, e quais já findaram o seu ciclo. Neste caso, como a sociedade está em constante avanço e muitas políticas fecharam seu ciclo de atuação, ocorreu a necessidade da criação de um novo Plano, o qual se deu a partir da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM).

O III PNPM ganhou maior visibilidade no mandato de Dilma Rousseff (PT), a primeira mulher presidenta do Brasil. Este condicionante intensificou as lutas por maior igualdade de gênero no país, principalmente nos espaços institucionais de poder, espaço historicamente ocupado por pessoas do gênero masculino. De acordo com o PNPM (Brasil, 2013, p. 9), “as políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas assimétricas historicamente configuradas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens”.

A elaboração dos planos partiu de reivindicações apresentadas em reuniões: as organizações municipais repassaram suas necessidades ao estado e o estado levou até o governo federal. Por isto, ao analisar os Planos é possível observar a formulação de ações direcionadas aos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, a partir do diálogo entre as diferentes esferas políticas. Todavia, se destaca que o III Plano foi o último a ser produzido e publicado, pois, após o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), foram realizadas apenas as conferências.

Nesse aspecto, a partir dos cortes orçamentários, os assuntos relacionados às mulheres foram omitidos, por consequência, as propostas apresentadas na IV CNPM não foram cumpridas e não houve a produção e publicação do IV Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). De acordo com o Decreto nº 9.585, de 27 de novembro de 2018, Michel Temer elaborou a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), entretanto, o evento não se realizou no mesmo ano. Isto, por sua vez, retardou processos sociais que estavam em construção, como por exemplo, a luta por maior igualdade de gênero nos espaços de poder, trabalho, educação e saúde.

O mandato de Michel Temer findou-se em 2018, quando Jair Messias Bolsonaro foi eleito e tomou posse no início de 2019. Neste período, Bolsonaro fazia parte do Partido Social Liberal (PSL), todavia, o ex-presidente se desfilou do partido e passou a fazer parte do Partido Liberal (PL). Assim como Temer, Bolsonaro, em 2019, convocou a Conferência somente para o ano seguinte: apresentou a convocatória para a V CNPM com a Resolução nº 1, de 5 de julho de 2019, marcou o evento para os dias 24 a 27 de novembro de 2020. Bolsonaro também não realizou as conferências que se comprometeu a realizar: inicialmente, a causa foi a pandemia do novo Coronavírus; apenas em julho de 2021, foi divulgado um novo regimento interno de convocatória para a V CNPM, sendo este o último documento que consta no site do governo federal, na aba reservada para a V CNPM.

Além disso, é importante destacar que a falta de investimentos ocorreu tanto para a organização e realização das conferências, quanto para o enfrentamento à violência de gênero. Dessa forma, durante os anos de 2019 a 2022, o governo Bolsonaro mostrou uma evidente falta de compromisso e negligência com relação ao incentivo e investimento em políticas públicas voltadas para mulheres, especialmente políticas voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras.

O desmonte das políticas públicas com abrangência feminina afetou diretamente a vida das mulheres brasileiras, principalmente as mais vulneráveis, contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero no país. Destaca-se, ainda, que as políticas públicas devem ser dialogadas e pensadas a partir de diferentes esferas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, sendo que, em âmbito municipal a discussão acerca das políticas públicas cabe às secretarias e conselhos gestores locais, mecanismos de diálogo entre Estado e população.

Nesse sentido, Avelar (2013) salienta que os Estados devem apresentar eixos temáticos de discussão aos municípios e aos conselhos gestores internos do município, como, por exemplo, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, movimentos sociais e políticos, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres e outros. Essas

fundamentos, mostram-se importantes para a criação de novas políticas públicas espaciais, sejam elas macropolíticas ou micropolíticas. No caso das micropolíticas, caberia a intervenção dos conselhos gestores municipais, instrumentos importantes na construção da democracia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conselhos gestores e as conferências são um modo democrático de diálogo entre Estado e sociedade e, a partir deles, é possível compreender as necessidades locais e regionais, através de intervenções, reuniões e assembleias. Os conselhos são responsáveis por intermediar esse diálogo e estabelecer políticas públicas espaciais, especificamente políticas que sejam abrangentes a toda população:

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas foram instituídos a partir da Constituição brasileira de 1988. Resultado de um longo processo de lutas sociais, são instâncias de deliberação de políticas onde se encontram representantes estatais, da sociedade civil e de prestadores de serviços públicos. Seu objetivo é incluir os mais diversos interesses na deliberação sobre as políticas públicas e, assim, produzir decisões mais justas e legítimas (Belançon, 2019, p. 43).

Desta forma, Avelar (2013, p. 80) explica quais são as principais áreas de atuação: “as áreas dos Conselhos são aquelas das políticas governamentais, como as de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, planejamento urbano e transporte”. A partir da delimitação de área e de temática de cada setor, faz parte da agenda de cada conselho realizar debates e discussões com o propósito de atender às demandas sociais, como explicam Lüchmann e Almeida (2010, p. 89-90):

São espaços institucionais legais de discussão e deliberação de políticas públicas que instituem uma nova modalidade de representação política, caracterizada, fundamentalmente, pela combinação: a) da representação produzida pela participação direta em fóruns e b) representação intermediada por organizações da sociedade civil.

Cabe aqui, então, ressaltar que os conselhos gestores são espaços institucionais de poder, especificamente espaços voltados para a representação e debate, e, assim como em outros espaços, a temática de gênero também está presente nos conselhos gestores. Foram desenvolvidos alguns estudos no campo das ciências sociais, pelos quais se observa a temática de gênero na constituição dos conselhos, buscando compreender a participação feminina na coordenação de secretarias estaduais ou de conselhos municipais.

Nesse aspecto, Lüchmann, Almeida e Gimenes (2016) analisaram a formação de alguns conselhos existentes e a sua área de abrangência, sendo eles os conselhos de saúde, os conselhos do meio ambiente e os conselhos de assistência social. Destaca-se, primeiramente, que os

Conselhos são norteados e estão inseridos em uma secretaria, a qual é representada por um secretário ou secretária. Neste caso, as secretarias de saúde estão presentes em todos os estados do país e a partir delas originam-se os conselhos de saúde. Dessa forma, os pesquisadores evidenciaram que 81,5% dos secretários são do sexo masculino, todavia, em âmbito municipal, 51,2% dos conselhos são dirigidos por mulheres e 48,8% por homens, o mesmo acontece com as secretarias de meio ambiente. Entretanto, no caso das secretarias de assistência social, predominam pessoas do sexo feminino para o cargo de secretária, assim como nos conselhos municipais.

Estudos como esse apresentado são formas de compreender a formação dos conselhos e secretarias a partir da perspectiva de gênero. A desigualdade de gênero não está presente apenas em eleições políticas, mas também em outras áreas dos espaços de poder. Isto deve-se à ideia patriarcal de que as mulheres devem ser independentes apenas no âmbito doméstico, e que a vida pública não é para mulheres ou pessoas do gênero feminino, intensificando as desigualdades e as relações de gênero.

Os conselhos gestores mostram-se espaços mais igualitários, isto porque a escolha dos representantes é baseada em organizações comunitárias, fóruns públicos, ou seja, não há necessidade de passar por um período eleitoral ou realizar uma campanha política, já que muitas vezes as pessoas são escolhidas por suas respectivas organizações. Diante disto, muitas vezes a pessoa escolhida possui uma história no movimento e nas lutas sociais, representou algum cargo de importância e tem conhecimento sobre o assunto (Lüchmann; Almeida, 2010).

Assim como no espaço político, as mulheres também são vistas como pessoas dóceis e cuidadosas. Por isto, a maioria delas é atuante em conselhos da educação, saúde e assistência social, como explicam Lüchmann e Almeida (2010, p. 92):

A presença de maior número de mulheres nos Conselhos das áreas sociais pode estar associada, em parte, assim, à concepção sobre sua suposta competência intrínseca para os temas enquadrados como sociais e sua ética pautada nos princípios da “solidariedade” e “sensibilidade”.

Esse pensamento patriarcal e conservador interfere na participação feminina nos espaços de poder, sejam eles nos conselhos gestores, na prefeitura municipal ou nas câmaras de vereadores. De acordo com Almeida (2015, p. 65), “a representação constitui um processo político único porque precisa ser constantemente recriado para garantir a conexão entre as instituições políticas e a sociedade”. Durante muito tempo a visibilidade feminina esteve vinculada aos trabalhos domésticos, todavia, com o decorrer dos anos e com as conquistas feministas, tem-se estudado e colocado em prática maneiras de aumentar a representatividade

e participação feminina em espaços políticos, ações que não devem ser desfeitas, pois a representatividade feminina nesses espaços está em constante avanço.

A presença de mulheres nos conselhos é uma forma de romper com a cultura patriarcal que historicamente excluiu as mulheres desses espaços. Além de contribuir para a formulação de políticas públicas específicas para o grupo feminino – que enfrenta desafios exclusivos, como a violência de gênero e a desigualdade salarial – a participação das mulheres nos conselhos garante que esses temas sejam abordados e considerados nas decisões tomadas.

No Brasil, a busca por igualdade de gênero e representatividade está cada vez mais evidente, principalmente nas esferas governamentais, com a formação de bancadas para discussão das necessidades e reivindicações de grupos específicos. Desta forma, a busca pela equidade também está presente em âmbito municipal, onde alguns municípios brasileiros têm apresentado demandas por ações de igualdade. Neste sentido, destaca-se o município de Guarapuava, localizado no estado do Paraná, que recentemente tornou-se referência no quadro administrativo ao contar com 21 secretarias, sendo 10 delas coordenadas por mulheres e 11 por homens. O quadro 1 apresenta o sexo dos representantes de cada secretaria municipal.

Quadro 1: Relação das 21 Secretarias Municipais de Guarapuava e o sexo de seus/as secretários/as.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – PR	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
SECRETARIAS MUNICIPAIS	
SECRETARIA	SEXO
Administração	Feminino
Agricultura	Masculino
Assistência e Desenvolvimento Social	Feminino
Ciência, Tecnologia e Inovação	Masculino
Cultura	Feminino
Comunicação	Feminino
Desenvolvimento Econômico	Feminino
Educação	Masculino
Esportes e Recreação	Masculino
Finanças	Masculino
Habitação	Masculino
Meio Ambiente	Masculino
Obras	Feminino
Ouidoria Geral	Masculino
Planejamento e Urbanismo	Masculino
Políticas Públicas Para Mulheres	Feminino
Procuradoria	Feminino
Saúde	Feminino
Secretaria Executiva	Masculino
Trânsito e Transporte	Masculino
Turismo	Feminino

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava (2023).

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Ao analisar a composição da tabela, é possível observar a inserção da representatividade feminina em setores nos quais as mulheres não estavam presentes anteriormente, como é o caso das Secretarias de Obras, Desenvolvimento Econômico e Administração. Entretanto, ainda persiste a ideia de que as mulheres são mais cuidadosas e zelosas, o que pode ser observado na composição das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e na da Saúde. Além das secretarias, o município possui Conselhos Municipais, os quais são compostos por comissões e organizações governamentais e não governamentais, como, por exemplo, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), regulamentado pela Lei 3222, de 10 de dezembro de 2021:

O Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão colegiado, de composição paritária, de caráter deliberativo e permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Atualmente é composto por 18 membros governamentais (9 titulares e 9 suplentes) e 18 não governamentais (9 governamentais e 9 suplentes), que compõem a gestão 2021/2023 (Prefeitura de Guarapuava, 2021).

Por meio de filtragem no site da prefeitura do município, foi possível identificar 16 Conselhos Municipais que atuam no município, entre os quais 5 destes conselhos são presididos por mulheres, 5 por homens e 6 deles estavam desatualizados ou não especificavam o presidente do conselho geral. No quadro 2, destacam-se os 10 conselhos nos quais foi possível identificar, por meio de dados secundários, o sexo dos seus respectivos presidentes.

Quadro 2: Dez Conselhos Municipais de Guarapuava classificados pelo sexo dos seus presidentes.

CONSELHOS MUNICIPAIS – GUARAPUAVA	
CONSELHO	SEXO DOS PRESIDENCIÁVEIS
Assistência Social	Feminino
Cultura e Preservação do Patrimônio Histórico	Feminino
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	Feminino
Fundo de Defesa do Consumidor	Masculino
Fundo de Habitação de Interesse Social	Masculino
Educação	Feminino
Meio Ambiente	Masculino
Pessoa Idosa	Feminino
Saúde	Masculino
Trabalho Emprego e Renda	Masculino

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava (2023).

Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

Ao analisar os dados relacionados aos conselhos, é fundamental destacar que eles são compostos por uma equipe com conselheiros de diferentes setores, incluindo representantes do governo e da sociedade civil, não se limitando apenas aos presidentes e suplentes. Além disto, é importante ressaltar o papel de liderança feminina em muitos conselhos que atuam com temas relacionados ao bem-estar e os cuidados com o próximo, como, por exemplo, nos Conselhos de Assistência Social, Educação, Pessoa Idosa, entre outros, algo que remete ao modelo histórico patriarcal.

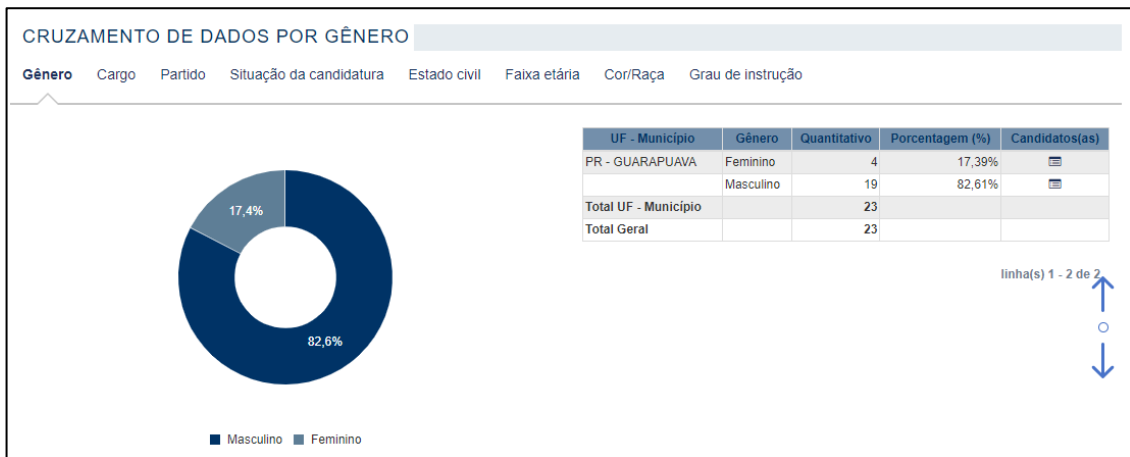
Considerando os fatos apresentados, compreende-se que a participação das mulheres em conselhos gestores é um componente essencial da democracia, pois aumenta a diversidade de opiniões e a representatividade na tomada de decisões. Mesmo que as mulheres estejam majoritariamente representadas em cargos relacionados aos cuidados, a busca por inserção delas em cargos tradicionalmente vistos como masculinos – como transportes, finanças e outros – está em constante avanço e crescimento.

Assim como a presença das mulheres em conselhos municipais está em contínuo progresso, a participação feminina na política também segue uma trajetória de constante

desenvolvimento. É crucial que a discussão sobre questões de gênero englobe todas as dimensões, a fim de assegurar uma representação mais ampla nos espaços institucionais de poder e decisão.

Neste aspecto, é importante conhecer outro importante espaço de poder, além dos conselhos e secretarias municipais, a Câmara Municipal de Vereadores, onde tem-se a criação e aprovação dos projetos de leis do município. No caso do município de Guarapuava, destaca-se que grande parte dos candidatos os cargos políticos do ano de 2020 foram do gênero masculino, tendo em vista que cerca de 32,5% foram do gênero feminino, totalizando respectivamente 101 mulheres candidatas. Todavia, apenas 4 mulheres conseguiram se eleger, ambas para a vereança, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Classificação dos eleitos na eleição municipal de 2020 por gênero.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2023).
Org. e elaboração: DIONIZIO, Larissa A. (2023).

É possível evidenciar a dificuldade de inserção das mulheres no território político local. Este acontecimento pode estar relacionado com a influência dos grupos fechados e familiares, os quais buscam eleger candidatos próximos aos seus respectivos grupos, outro aspecto se dá pelo pensamento conservador e tradicionalista que está instaurado no município, estas ações em conjunto formam-se empecilhos para a participação feminina na política e de outros grupos sociais existentes neste espaço.

Além disso, ao analisar o gráfico, identifica-se a baixa representatividade feminina na política local do município, o que é um desafio, pois a participação das mulheres na política é fundamental para que a equidade de gênero seja alcançada:

A participação das mulheres nos espaços de poder seja no Congresso, Assembleias ou Câmaras municipais são muito poucas. A igualdade de gênero e a ampliação da

participação das mulheres nos espaços institucionais de poder apresentam um grande desafio. Enfrenta-se uma grande dificuldade que é a de se viver em uma sociedade machista, muito violenta ainda com relação às mulheres e que reproduz no imaginário popular que a política não é “coisa de mulher” e isso acaba tendo impacto negativo até mesmo na disposição das mulheres de participarem ativamente de campanhas eleitorais, de partidos, de poderem serem realmente competitivas em um processo eleitoral (Costa; Gonçalves, 2021, p. 108-109).

A baixa representatividade feminina em cargos políticos pode ser explicada por diversos fatores, como a falta de apoio financeiro às candidatas, apesar das leis que garantem a equidade de gênero nos partidos políticos e das cotas para mulheres. Neste sentido, Costa e Gonçalves (2021, p. 108) ressaltam as dificuldades perpassadas pelas mulheres candidatas: “[...] pode ser atribuído à falta de apoio material a essas mulheres em que pese a legislação e a política de cotas dentro dos próprios partidos políticos e ao fato de candidatas que já são parlamentares obterem uma taxa de sucesso maior em suas recandidaturas”.

Por isso, a formação de um espaço político abrangente, composto por diversos grupos, ganha cada vez mais importância e necessidade. Onde cada grupo tem seus próprios representantes e seu respectivo lugar de fala no cenário político, além disso, tem-se conhecimento das dificuldades e conquistas de seu grupo em particular. No contexto específico aqui abordado, a análise concentra-se na construção do lugar de fala das mulheres nos espaços de poder. Muitas delas, enfrentando uma maioria masculina, conseguiram estabelecer e fortalecer seu próprio espaço de expressão e posicionamento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou a trajetória da presença feminina em instituições de poder e na tomada de decisões. A análise concentrou-se no período da promulgação da Constituição de 1988, marcado pela criação e implementação de secretarias e conselhos municipais com ações específicas para as mulheres no Brasil. Os dados coletados permitiram identificar os instrumentos de ação para a implementação de políticas públicas, revelando ações, lacunas e desafios enfrentados ao longo de diferentes governos, especialmente em relação à representatividade feminina nos espaços de poder.

Conclui-se que a elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente as direcionadas para as mulheres, não se mantêm estáveis e frequentemente enfrentam desafios decorrentes das mudanças de governo, reduções nos investimentos destinados à política pública e cortes de verbas, como evidenciado nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2021).

Os objetivos da pesquisa foram alcançados por meio da revisão bibliográfica, da produção de conteúdo a partir das leituras realizadas, e da coleta de dados nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Guarapuava. Posteriormente, ampliamos a análise ao acessar o sistema online do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permitindo assim a verificação da participação de mulheres em cargos políticos eletivos no referido município.

É crucial destacar que as ações patriarcais e conservadoras permeiam o espaço político, manifestando-se tanto por parte dos homens eleitos quanto das mulheres eleitas. É importante ressaltar que nem todas as mulheres eleitas defendem causas femininas ou de gênero, muitas delas orientam-se politicamente pelo conservadorismo.

Assim, compreende-se a importância da construção de espaços de fala que permitam que as mulheres expressem suas ideias sem represálias, intensificando o compromisso em representar e dar voz a grupos historicamente marginalizados. Destaca-se a relevância da presença feminina na política local.

Os resultados do estudo ressaltam a urgência de uma reestruturação dos espaços de poder, visando uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todas as identidades de gênero. Isso vai além da simples presença de mulheres em cargos de liderança, envolvendo a revisão das disparidades existentes para criar um ambiente político que reflita a diversidade e atenda às necessidades da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. Da participação à representação política: um balanço crítico dos estudos mais recentes sobre Conselhos Gestores. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/18043>. Acesso em: jan. 2023.
- AVELAR, Lúcia. Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 71-87, 2013.
- BELANÇON, Milena Cristina. Representação feminina nos Conselhos Gestores: uma análise sobre o Paraná. **Revista Todavia Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 1, p. 42-62, 2019.
- BOHN, Simone Rodrigues. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 81-81, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/17439>. Acesso em: jan. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.
- COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97- 111, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1326>. Acesso em: set. 2022
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 5-11, 2006. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008. Acesso em: jan. 2023.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, p. 86-94, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Mpp5tjD745V9jrKrVZQGG6b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2023.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues; GIMENES, Éder Rodrigo. Gênero e representação política nos conselhos gestores no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 789-822, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/XmtBCT5BJG7t6NHdPSNBDrr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2023.



MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. **NIEM/UFRGS**, Canoas, v. 24, n. 09, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: fev. 2023.

ROCHA, Fernanda Sobral. A representação das mulheres nos espaços de poder: realidade e desafios. *In*: TONATTO, Regiane Cristina; DE OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Por elas e por nossas lutas**: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2020. p. 41-47

TONELLA, Celene. Poder local e políticas públicas: um estudo exploratório sobre conselhos gestores. **Cadernos metrópole**, São Paulo, n. 10, p. 103-139, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9201>. Acesso em: fev. 2023.